

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		1.223.769	1.350.138
Caixa e equivalentes de caixa	7	467.630	583.148
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	8	622.397	630.692
Contas a receber CDE - Decreto nº 7.945/2013	4.2	11.363	-
Tributos a compensar	9	47.552	68.975
Caução de fundos e depósitos vinculados	10	8.782	27.885
Outros créditos		66.045	39.438
Não circulante		3.377.611	3.208.580
Parcelamentos de débitos e supridores	8	32.251	37.233
Tributos a compensar	9	62.936	43.275
Caução de fundos e depósitos vinculados	10	12.595	11.650
Depósitos judiciais	11	88.642	76.065
Tributos diferidos	28	828.465	856.024
Outros créditos		42.566	41.955
Ativo indenizável (concessão)	12.1	590.951	457.896
Ativo intangível	12.2	1.708.026	1.668.850
Imobilizado	13	11.179	15.632
Total do ativo		4.601.380	4.558.718

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		808.162	1.160.377
Fornecedores e supridores de energia elétrica	14	468.013	425.090
Empréstimos e financiamentos	15	60.871	407.677
Debêntures	16	63.933	20.396
Tributos a recolher	17	116.386	103.296
Encargos do consumidor		3.844	23.500
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	6	78.173
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	19	46.913	46.523
Obrigações P&D e eficiência energética	20	8.850	11.701
Plano especial de aposentadoria	21.2	2.889	2.667
Outros passivos		36.457	41.354
Não circulante		1.740.463	1.461.969
Empréstimos e financiamentos	15	525.892	256.913
Debêntures	16	968.276	971.464
Obrigações P&D e eficiência energética	20	29.998	27.042
Plano especial de aposentadoria	21.2	-	8.719
Provisão para ações judiciais e regulatórias	22.1	202.733	186.674
Outros passivos		13.564	11.157
Patrimônio líquido		2.052.755	1.936.372
Capital social	24	952.492	952.492
Reservas de capital	24.1	765.882	765.882
Reservas de lucros	24.2	171.422	171.422
Dividendos adicionais propostos	24.2	162.959	46.576
Total do passivo e patrimônio líquido		4.601.380	4.558.718

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
			Reapresentado
Receitas operacionais líquidas	25	3.549.334	3.569.543
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(2.572.510)	(2.559.731)
Energia comprada para revenda	26	(2.077.278)	(2.078.594)
Custos operacionais	27	(348.190)	(341.177)
Depreciação	13	(4.453)	(5.670)
Amortização de ativo intangível	12.2	(142.589)	(134.290)
Custo de construção	12.3	(313.272)	(286.918)
Lucro operacional bruto		663.552	722.894
Despesas operacionais	27	(163.483)	(195.759)
Despesas com vendas		(15.504)	(16.234)
Despesas gerais e administrativas		(60.539)	(58.887)
Outras despesas operacionais líquidas		(87.440)	(120.638)
Resultado do serviço		500.069	527.135
Resultado financeiro líquido	28	(50.213)	(55.211)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		449.856	471.924
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	29	(126.162)	(134.410)
Lucro líquido do exercício		323.694	337.514
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		1,75	1,82
Ordinária		1,59	1,65

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
			Reapresentado
Lucro líquido do exercício		323.694	337.514
Outros resultados abrangentes do exercício		10.627	(51.877)
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável	12.1	-	(73.872)
Reversão ao resultado das variações do ativo indenizável		-	(11.597)
Tributo diferido sobre a marcação a mercado	29	-	29.060
Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas	21.1	202.254	(140.279)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	21.1	(186.152)	147.144
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	29	(5.475)	(2.333)
Resultado abrangente do exercício		334.321	285.637

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	952.492	50.539	3.072	171.422	-	134.709	56.410	1.368.644
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	337.514	-	-	337.514
Outros resultados abrangentes:								
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	(48.755)	(48.755)
Reversão ao resultado das variações do ativo indenizável	-	-	-	-	-	-	(7.655)	(7.655)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	4.533	4.533
Reclassificação requerida parágrafo 93 d do CPC 33 (reapresentado)	-	-	-	-	4.533	-	(4.533)	-
Ágio incorporado controladora	-	689.440	-	-	-	-	-	689.440
Reserva acervo líquido incorporado EPC	-	25.903	-	-	-	-	-	25.903
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	2.034	-	-	-	-	2.034
Reclassificação de pagamentos baseado em ações	-	-	(5.106)	-	-	-	-	(5.106)
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(203.519)	-	-	(203.519)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(91.952)	-	-	(91.952)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(46.576)	46.576	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	952.492	765.882	-	171.422	-	46.576	-	1.936.372
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	323.694	-	-	323.694
Outros resultados abrangentes:								
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	10.627	10.627
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	-	10.627	-	(10.627)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	-	(46.576)	-	(46.576)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(78.311)	-	-	(78.311)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(93.051)	-	-	(93.051)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(162.959)	162.959	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	952.492	765.882	-	171.422	-	162.959	-	2.052.755

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado	
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		323.694	337.514
Itens do lucro líquido que não afetam caixa		420.435	434.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	38.991	50.051
Juros e variações monetárias e cambiais		134.747	117.303
Depreciações e amortizações	12.2 e 13	147.042	139.960
Ganho / (perda) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		22.869	32.506
Plano de pensão	21.1	16.102	6.865
Plano especial de aposentadoria	21.2	(3.643)	4.833
Provisão para ações judiciais e regulatórias	22.1	25.710	29.627
Tributos diferidos	29	22.083	24.885
Marcação a mercado - ativo financeiro	12.1	(18.814)	(11.599)
Programa de P&D e eficiência energética		32.324	37.824
Pagamentos baseados em ações	23	3.024	2.034
Variações no ativo e passivo operacional		(174.753)	(186.936)
Contas a receber		(25.714)	(72.327)
Almoxarifado - Ativo circulante		338	1.780
Tributos a compensar	9	1.762	(31.349)
Contas a receber CDE - Decreto nº 7.945/2013	4.2	(11.363)	-
Outros créditos		(38.046)	17.014
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)		(68.677)	(115.712)
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica e encargos do consumidor	14	23.267	106.032
Tributos a recolher	17	127.705	148.591
Imposto de renda e contribuição social pagos	17	(128.573)	(182.833)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	22.1	(9.651)	(9.801)
Plano especial de aposentadoria		(4.854)	(7.275)
Programa de P&D e eficiência energética		(35.301)	(41.734)
Outros passivos		(5.646)	678
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		569.376	584.867
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(298.695)	(313.588)
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	12.1 e 12.2	(313.274)	(286.917)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		(5.601)	(12.453)
Caução de fundos e depósitos vinculados		20.180	(14.218)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(386.199)	26.381
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(282.139)	(399.107)
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(443.475)	(330.105)
Captação de empréstimos		339.415	88.714
Captação de debêntures		-	648.643
Saldo de caixa incorporado		-	18.236
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(115.518)	297.660
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	583.148	285.488
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7	467.630	583.148
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(115.518)	297.660

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
			Reapresentado
Receitas		4.801.528	5.335.507
Vendas de energia e serviços	25	4.504.093	5.082.917
Receita de construção	25	313.274	286.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(20.399)	(38.728)
Outras receitas		4.560	4.402
Insumos adquiridos de terceiros		(2.868.868)	(2.857.435)
Energia comprada bruta	26	(2.276.134)	(2.290.250)
Materiais	27	(34.412)	(32.913)
Serviço de terceiros	27	(111.422)	(106.283)
Custo de construção	12.3	(313.274)	(286.916)
Outros custos operacionais		(133.626)	(141.073)
Valor adicionado bruto		1.932.660	2.478.072
Depreciação e amortização		(147.042)	(139.960)
Valor adicionado líquido		1.785.618	2.338.112
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	28	124.204	116.341
Valor adicionado a distribuir		1.909.822	2.454.453
Distribuição do valor adicionado		1.909.822	2.454.453
Pessoal		204.841	209.692
Impostos, taxas e contribuições		1.148.459	1.333.820
Federais		391.942	451.002
Estaduais		756.259	882.546
Municipais		258	272
Encargos setoriais e outros		58.528	402.281
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	28	174.300	171.145
Juros sobre o capital próprio		93.051	91.952
Dividendos pagos		78.311	203.519
Dividendos propostos		152.332	62.206
Lucros retidos		-	(20.162)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Companhia”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de concessão compreendida por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. O prazo de vigência é de 30 anos e pode ser prorrogado por, no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL. As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em fornecer energia elétrica a consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços, e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 12.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). Os mecanismos de reajuste são o reajuste tarifário anual e revisão tarifária ordinária a cada quatro anos (vide nota 32).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou no preparo das Demonstrações Financeiras todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013 também foram analisados e trouxeram impactos para esta Demonstração Financeira (vide nota 3). Outras normas e procedimentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 12 de fevereiro de 2014.

3. APLICAÇÃO RETROSPECTIVA CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Em dezembro de 2012 foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), cujos principais impactos para a Companhia estão relacionados ao cálculo dos rendimentos esperados dos ativos, os quais a partir do exercício de 2013 devem utilizar a mesma taxa utilizada para o desconto da obrigação atuarial, e a aplicação dessa mesma taxa de juros sobre o limite de reconhecimento do ativo (*“asset ceiling”*). Como trata-se de mudança de política contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a aplicação deve ocorrer de forma retrospectiva.

Adicionalmente, no que se refere a política contábil de reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido, a Companhia registra (i) o custo do serviço no resultado, (ii) os juros líquidos sobre o valor líquido do passivo menos o ativo de benefício definido no resultado e (iii) remensurações do valor líquido de passivo menos o ativo de benefício definido em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 do CPC 33 (R1).

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 estão abaixo apresentados:

Conciliação da Demonstração de resultados	Divulgado 2012	Ajuste	Reapresentado 2012
Custo do serviço de energia elétrica e operação	(2.529.182)	(30.549)	(2.559.731)
Custos operacionais	(310.628)	(30.549)	(341.177)
Lucro operacional bruto	753.443	(30.549)	722.894
Resultado do serviço	557.684	(30.549)	527.135
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	502.473	(30.549)	471.924
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(144.797)	10.387	(134.410)
Lucro líquido do exercício	357.676	(20.162)	337.514
Conciliação da Demonstração do resultado abrangente	Divulgado 2012	Ajuste	Reapresentado 2012
Lucro líquido do exercício	357.676	(20.162)	337.514
Efeito do limite do ativo de benefício definido	130.032	17.112	147.144
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	8.054	(10.387)	(2.333)
Resultado abrangente do exercício	285.637	-	285.637
Conciliação Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2012	Ajuste	Reapresentado 2012
Lucro líquido do exercício	357.676	(20.162)	337.514
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	(15.629)	20.162	4.533
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.936.372	-	1.936.372
Conciliação Demonstração dos fluxos de caixa	Divulgado 2012	Ajuste	Reapresentado 2012
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	357.676	(20.162)	337.514
Itens do lucro líquido que não afetam caixa	414.127	20.162	434.289
Plano de pensão	(23.684)	30.549	6.865
Tributos diferidos	35.272	(10.387)	24.885
Conciliação Demonstração do valor adicionado	Divulgado 2012	Ajuste	Reapresentado 2012
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	179.143	30.549	209.692
Impostos Federais	461.389	(10.387)	451.002
Lucros retidos	-	(20.162)	(20.162)

Não houve efeitos no balanço patrimonial em função do superávit atuarial estar com seu valor em livros reduzido a zero, por conta do “*asset ceiling*” (vide maiores detalhes na nota 21.1). Por essa razão, a Companhia optou por não apresentar o balanço de abertura do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 como parte das demonstrações financeiras.

4. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

4.1 Medida Provisória nº 579/12 e Lei nº 12.783/13 / Medida Provisória nº 605 e Decretos nº 7.891/13 e nº 8.020/13

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessionárias de Distribuição também haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. Adicionalmente, a Lei extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias. No caso da Elektro a referida revisão ocorreu em 24 de janeiro de 2013, quando as tarifas foram reduzidas em 20,34% em média, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.435/13, porém sem efeito na Margem Operacional, já que houve a redução dos custos com os encargos mencionados.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras usinas, com postergações de cronogramas aprovadas pela ANEEL e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia. Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, que levaram ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Entretanto, como se tratam de custos não gerenciáveis, serão repassados às tarifas nos próximos reajustes tarifários (maiores detalhes vide nota explicativa nº 26).

Em 23 de janeiro de 2013 o governo oficializou a Medida Provisória nº 605, cujo conteúdo foi posteriormente reeditado na Medida Provisória 609, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/13, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. De acordo com a Resolução ANEEL nº 1.435/13, o valor a ser repassado mensalmente para a Elektro para custeio dos descontos tarifários é de R\$ 10.451, a partir da data de publicação da Resolução. Assim, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram repassados R\$ 104.515 à Companhia, registrados como receita de fornecimento de energia. A partir de dezembro de 2013 o valor a ser recebido da CDE para cobertura dos subsídios conforme Resolução nº 1.591 de 20 de agosto de 2013 é de R\$ 11.261 e será recebido até julho de 2014.

4.2 Decreto nº 7.945/13

As distribuidoras de energia elétrica tem sofrido significativa pressão sobre o resultado e caixa desde o final de 2012, em decorrência do aumento do volume de compra de energia no mercado de curto prazo, pelos motivos citados anteriormente e em época de Preço de Liquidação da Diferença (PLD) desfavoráveis, adicionado ao elevado custo da energia térmica a óleo, por conta do despacho máximo das usinas até abril de 2013 visando aliviar as péssimas condições hidroenergéticas desde o último trimestre de 2012. Os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares desde 2001, época do racionamento de energia. Dentre outros fatores responsáveis pelo aumento do custo de energia destaca-se ainda o início da contabilização pela Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para algumas Distribuidoras de Energia Elétrica, dentre as quais a Elektro, desde setembro de 2012.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de Distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu em 8 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos impactos negativos no resultado e caixa enfrentados nesse período. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, esse montante foi reconhecido no resultado da Companhia, como uma compensação de custos incorridos no grupo “Energia comprada para revenda”, e totalizou R\$ 466.993 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Deste valor, R\$ 455.630 referentes ao período de janeiro a setembro de 2013, já foram efetivamente recebidos, e o restante permanece contabilizado como “Contas a receber CDE - Decreto nº 7.945/2013”.

4.3 Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, Revisão Tarifária Extraordinária e Reajuste 2013

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em 27 de agosto de 2011, ocorreria a 3ª Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia. Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreu em 27 de agosto de 2012, com efeitos retroativos a 27 de agosto de 2011.

O efeito do 3º Ciclo de Revisão Tarifária da Elektro combinado ao Reajuste Anual de 2012, referente ao período de 27 de agosto de 2011 a 26 de agosto de 2012, resultou em uma redução média de 3,05% nas tarifas para o consumidor, aplicadas a partir de 27 de agosto de 2012.

Em 27 de agosto de 2013 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução nº 1.591 de 20 de agosto de 2013. Este reajuste resultou em uma elevação média das tarifas de 8,9%. Este percentual contempla, dentre outros: (i) correção da parcela B por IGP-M; (ii) atualização dos custos de energia comprada de geradoras; e (iii) devolução de metade do saldo do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 90.703. O saldo remanescente do componente financeiro será devolvido para os consumidores por meio das tarifas com vigência a partir de 27 de agosto de 2014.

De acordo com o Decreto nº 7.945/13 e Resolução Normativa nº 549/13, no processo de Reajuste Tarifário, a CDE pode cobrir até a totalidade dos saldos acumulados de CVA Encargos sobre o Sistema - ESS e CVA Compra de Energia. No caso da Elektro o total foi de R\$ 174.152, sendo R\$ 165.880 referente à CVA Compra de Energia e R\$ 8.272 referente à CVA ESS, e recebidos em parcela única 10 dias úteis após a publicação do reajuste. O recebimento desses valores ocorreu no dia 4 de setembro de 2013.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que impactam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados, assim como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou mudanças de circunstância assim o exijam.

Essas estimativas estão relacionadas principalmente ao registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; custo de energia; vida útil do ativo imobilizado, vida útil da infraestrutura utilizada para cálculo da depreciação regulatória a ser inserida na tarifa e também como base para amortização do intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; provisão do plano especial de aposentadoria; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

b. Instrumentos Financeiros

A categoria para classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

b.1) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e Recebíveis: São ativos não derivativos, com valores fixos ou determináveis, e que não estão cotados em um mercado ativo. O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva ("custo amortizado"), e por qualquer ajuste para redução do seu valor recuperável ou de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos das contas a receber nessa categoria (vide nota 8).

Disponíveis para venda: São ativos não derivativos cujo reconhecimento inicial é feito pelo valor justo. A entidade deve avaliar, pelo menos ao final de cada exercício, se existem evidências de que houve perda ou ganho no valor recuperável de seus ativos financeiros. Se houver evidência, que tais flutuações existam, o CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), estabelece critérios para que sua contabilização seja realizada. Neste momento, a variação líquida deve ser reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia classifica o ativo financeiro nessa categoria (vide nota 12.1).

Mantidos para negociação: São geralmente usados com o objetivo de gerar lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do operador, através de transações de compra e venda ativas e frequentes. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principal ativo mantido para negociação os equivalentes de caixa (vide notas 7 e 10).

Investimentos mantidos até o vencimento: São ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e devem ser posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Atualmente, a Companhia não tem nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e supridores de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Os itens objeto de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos contratuais.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e/ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

b.3) Determinação do valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

b.4) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de “Swap” com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e/ou especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. As mudanças no valor justo são lançadas no resultado.

Esses *hedges* são permanentemente avaliados afim de verificar se foram altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

c. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro, que são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados ao valor presente da respectiva obrigação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil. São linearmente depreciados pela vida útil esperada, ou conforme termos do contrato de arrendamento (vide nota 13). São baixados após alienação ou quando não apresentam mais benefícios econômicos futuros e os valores apurados na baixa são reconhecidos no resultado.

d. Intangível

Compreende o direito ao uso da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao seu término. É avaliado ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e deduzido da amortização acumulada.

Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (vide nota 12).

e. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando as operações da Companhia e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão registrados com base nas disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 21 e 32), e ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelas demais alterações nas normas contábeis decorrentes do IFRS.

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que, dentre outras disposições, revoga o Regime Tributário Transitório – RTT. As disposições desta Medida Provisória são aplicáveis a partir do exercício de 2015 ou a partir do exercício de 2014 para os contribuintes que exerçam a faculdade de sua adoção antecipada. A Administração da Companhia está avaliando quais devem ser os impactos e qual o período mais conveniente para sua adoção. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia entende que não há efeitos a serem considerados nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesas ou resultados abrangentes no patrimônio líquido (vide nota 29).

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

g. PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas.

Os valores de PIS e COFINS, apurados no resultado entre créditos e deduções de receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e também consideram a neutralidade fiscal sobre as alterações contábeis ocorridas com a edição dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

h. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas no resultado.

i. Benefícios a empregados

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, participação nos lucros, entre outros. Todos estes benefícios estão contabilizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (vide nota 21).

O cálculo atuarial é realizado com base no método do crédito unitário projetado. A política adotada pela Companhia para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais é o reconhecimento imediato contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados. Superávits atuariais são apenas registrados considerando a limitação do valor presente dos benefícios econômicos futuros para a Companhia. Nos exercícios apresentados, o valor destes benefícios era zero.

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões.

Os demais benefícios de curto prazo são registrados pelo regime de competência, a medida que a obrigação legal é constituída.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões e Passivos Contingentes. As provisões são

determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e de seus assessores legais (vide nota 22).

k. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da Elektro.

l. Custos de empréstimos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os encargos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação (vide nota 12.2). Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem.

m. Plano de incentivo baseado em ações

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a Companhia é requerida a mensurar e registrar os efeitos patrimoniais destes benefícios, pelo valor justo das ações na data de outorga a seus executivos. A despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas, em contrapartida ao passivo exigível.

n. Lucro líquido do exercício por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos distintos a dividendos, a voto e a liquidação, consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos, conforme o Estatuto da Companhia.

o. Informação por segmento

A Companhia possui apenas um segmento a reportar para analisar seu desempenho operacional e financeiro, uma vez que é administrada como uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa, já que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em sua área de concessão.

6. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os pronunciamentos técnicos emitidos e revisados pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2013, e que poderiam afetar a Companhia foram considerados nesta Demonstração Financeira:

CPC 33 (R1)/IAS19 Benefícios a Empregados – Dentre as mudanças, as principais que afetam a Companhia é que (i) para o cálculo dos rendimentos esperados dos ativos, é utilizada a mesma taxa utilizada para o desconto da obrigação atuarial e (ii) a aplicação dessa mesma taxa de juros sobre o

“asset ceiling”. Os impactos da aplicação desse pronunciamento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foi de uma receita financeira menor no montante de R\$ 30.549, antes dos efeitos tributários.

Pronunciamentos técnicos em fase de emissão pelo CPC e ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013:

Para os pronunciamentos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27), IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (– Revisão da IAS 32), IFRIC 21 – Tributos e IAS 39 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge (– Revisão da IAS 39), a Companhia entende que não terão impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 467.630 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 583.148 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures com compromisso de recompra), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2013 a variação média estava em 101,37% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, e não possuem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

8. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2013				31/12/2012			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	225.526	111.520	24.741	361.787	205.433	131.410	26.992	363.835
Outras contas a receber	312.944	3.390	19.246	335.580	331.655	4.630	15.796	352.081
Parcelamentos de débitos	39.662	3.390	19.246	62.298	46.451	4.630	15.796	66.877
Receita não faturada	242.338	-	-	242.338	262.238	-	-	262.238
Supridores	23.951	-	-	23.951	24.114	-	-	24.114
Outros	6.993	-	-	6.993	(1.148)	-	-	(1.148)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.712)	-	(32.007)	(42.719)	(12.474)	(3.731)	(31.786)	(47.991)
Total	527.758	114.910	11.980	654.648	524.614	132.309	11.002	667.925
Circulante	495.507	114.910	11.980	622.397	487.381	132.309	11.002	630.692
Não circulante	32.251	-	-	32.251	37.233	-	-	37.233

Em 31 de dezembro de 2013 o prazo médio para recebimento das contas de energia de clientes finais era de 32 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores acima de 90 dias para as classes de consumo residencial, poder público, iluminação pública, parcelamento público e privado, acima de 180 dias para as classes de consumo industrial e comercial e acima de 360 dias para a classe de consumo rural, de acordo com critérios estabelecidos pelo regulador e que estejam de acordo com as normas contábeis. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos, podendo, de forma conservadora, provisionar valores a vencer e/ou vencidos em prazo menor que 90 dias.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

Do montante de R\$ 23.951 classificado como Supridores (R\$ 24.114 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 19.004 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão

registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2012	Adições	Recuperação da Receita	Baixas Incobráveis	31/12/2013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47.991	50.798	(11.807)	(44.263)	42.719

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	18.838	37.216
Impostos e contribuições retidos na fonte	37	140
ICMS a recuperar	91.613	74.894
Total	110.488	112.250
Ativo circulante	47.552	68.975
Ativo não circulante	62.936	43.275

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

10. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era R\$ 8.782 e R\$ 12.595 (R\$ 27.885 e R\$ 11.650 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente nos ativos circulante e não circulante. Tais aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), indexados à variação média de 100,80% do CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados pelos seguintes motivos: (i) garantir valores liberados através dos contratos de empréstimos da Eletrobrás (Luz Para Todos), que são liberados após comprovação dos investimentos; (ii) garantir participação em leilões de compra de energia em curto e longo prazo; e (iii) garantir programas de treinamento aos colaboradores conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos R\$ 88.642 (R\$ 76.065 em 31 de dezembro de 2012) registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 33.116 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 31.841 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Com a incorporação da Empresa Paranaense Comercializadora Ltda (EPC) pela Elektro em 2012, os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. Em 31 de dezembro de 2013 o valor atualizado de depósito judicial oriundo da EPC é de R\$ 28.313, e refere-se ao processo descrito na nota 22.1.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 27.213 em 31 de dezembro de 2013, (R\$ 17.871 em 31 de dezembro de 2012) referem-se a outros processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

12.1. Ativo Indenizável (Concessão)

Desde a adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Administração entendeu, que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta

metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Em 5 de março de 2012, a Elektro tomou conhecimento, por meio do Ofício nº 209/12 – SFF/ANEEL dos valores que seriam considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A Companhia recalculou o valor do ativo financeiro com base na nova BRR, que tinha data de corte definida pela ANEEL para fevereiro de 2011. Essa nova BRR, gerou um ajuste negativo no ativo financeiro de R\$ 81.788, contabilizado em 2012. Em 31 de dezembro de 2013 o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro de acordo com o parágrafo AG8 do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que estabelece que uma entidade deva, ao revisar suas estimativas de recebimentos, ajustar o custo amortizado do instrumento de forma a refletir os fluxos de caixa estimados atualizados, reconhecendo esta variação no resultado do exercício. A Lei nº 12.783/13 corroborou o entendimento que variações no ativo financeiro vinculado à concessão por conta das revisões tarifárias resultam em variações no fluxo de caixa estimado desse ativo ao final do período da concessão.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando, dentre outros fatores, a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Esses recursos não são exigíveis ao longo da concessão. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A taxa de amortização é aquela definida pela ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo	Obrigações especiais	Valor justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	288.519	(22.217)	85.471	351.773
Transferências de ativo intangível	96.693	-	-	96.693
Efeito na mudança da taxa de amortização	141.078	(49.455)	-	91.623
Adições	-	(182)	-	(182)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	7.916	7.916
Atualização pela BRR 3º ciclo	-	-	(81.788)	(81.788)
Baixas	(8.139)	-	-	(8.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	518.151	(71.854)	11.599	457.896
Transferências de ativo intangível	115.506	-	-	115.506
Adições	-	(770)	-	(770)
Ajustes ao valor justo	-	-	18.814	18.814
Baixas	(1.607)	1.112	-	(495)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	632.050	(71.512)	30.413	590.951

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), já incluído na atual tarifa da Companhia. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 25) e arrecadada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

12.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão, de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

Houve redução de R\$ 115.506 (R\$ 134.290 em 2012) referente às transferências do período por ativos energizados, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

O valor de encargos de dívidas capitalizados à infraestrutura, de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos, foi de R\$ 12.907 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 13.750 em 31 de dezembro de 2012).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.859.042	(372.086)	(52.522)	1.434.434	290.014	(8.423)	281.591
Adições	-	(565)	-	(565)	325.740	(38.076)	287.664
Baixas	124.022	-	(135.690)	(11.668)	-	-	(11.668)
Amortização	-	-	(134.290)	(134.290)	-	-	(134.290)
Transferências	209.238	1.669	(123)	210.784	(306.003)	(1.474)	(307.477)
Mudança na taxa de amortização	(141.078)	49.455	-	(91.623)	-	-	(91.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.051.224	(321.527)	(322.625)	1.407.072	309.751	(47.973)	261.778
Adições	-	(1.102)	-	(1.102)	349.053	(33.907)	315.146
Baixas	(29.357)	2.412	10.172	(16.773)	-	-	(16.773)
Amortização	-	-	(142.589)	(142.589)	-	-	(142.589)
Transferências	191.589	-	-	191.589	(307.095)	-	(307.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.213.456	(320.217)	(455.042)	1.438.197	351.709	(81.880)	269.829

12.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

13. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil financeiro e não vinculados à concessão apresentam saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 conforme mutação abaixo.

	31/12/2012	Depreciação	Baixas	31/12/2013
Arrendamento mercantil em serviço				
Administração Central	11.266	(1.796)	-	9.470
Edif. obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	16.529	-	-	16.529
(-) Depreciação acumulada	(5.263)	(1.796)	-	(7.059)
	478	(478)	-	-
Veículos - Arrendamento mercantil	4.933	-	(4.933)	-
(-) Depreciação acumulada	(4.455)	(478)	4.933	-
	3.888	(2.179)	-	1.709
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10.779	-	-	10.779
(-) Depreciação acumulada	(6.891)	(2.179)	-	(9.070)
Total	15.632	(4.453)	-	11.179

14. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2013	31/12/2012
Moeda nacional	421.384	379.584
Supridores de energia elétrica	336.880	296.442
Encargos de serviço de sistema - ESS	18.056	14.522
Fornecedores de materiais e serviços	66.448	68.620
Moeda estrangeira	46.629	45.506
Supridores de energia elétrica - Itaipu	46.629	45.506
Total	468.013	425.090

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2013	31/12/2012	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
Moeda Nacional	309.414	299.263			
BNDES					
Finame SE 2011	5.054	5.761	5,50%	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
Finem CAPEX 2011/2012	152.805	127.189	de TJLP a TJLP + 3,03%	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	
Custos com emissão - BNDES	(246)	(316)			
Eletrobrás					
Eletrobrás - Luz para Todos ⁽¹⁾	86.030	102.178	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	Carta de Fiança
Finep - 1º Ciclo	4.312	9.490	TJLP + 0,94% a.a.	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	27.974	34.952	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	
Finep - 3º Ciclo	3.816	3.816	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 4º Ciclo	17.993	-	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Arrendamento mercantil	11.676	16.193	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira	277.349	365.327			
Banco Europeu de Investimento ⁽⁷⁾	282.762	-	US\$ + 3,4020% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
Swap Empréstimo BEI	(5.205)	-	CDI - 0,30%	31/10/2025	
Custos com emissão - BEI	(208)	-			
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	-	228.325	US\$ + 2,45% ⁽⁴⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	-	(45.738)	US\$ + 2,88% ⁽⁴⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	-	38.084	US\$ + 2,97% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	-	(7.623)	US\$ + 3,50% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	-	190.155	US\$ + 2,25% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	-	(37.876)	US\$ + 3,60% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Total	586.763	664.590			
Circulante	60.871	407.677			
Não circulante	525.892	256.913			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

⁽⁴⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

⁽⁵⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

⁽⁶⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

⁽⁷⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de CDI -0,30%

Em 9 de abril de 2013 a Companhia liquidou, no vencimento da operação, os empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131, juntamente com as operações de “Swap” a eles vinculados, e que tinham como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial em moeda estrangeira da respectiva captação.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo em 31 de dezembro de 2013 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 51.204 em 2015, R\$ 79.777 em 2016, R\$ 78.858 em 2017, R\$ 69.346 em 2018 e R\$ 246.707 após 2018.

Em 31 de outubro de 2013, depois de cumpridas todas as condições precedentes previstas no contrato de financiamento assinado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Companhia recebeu a liberação do financiamento no montante de R\$ 281.050, com prazo de vencimento de 12 anos, pagamento de juros semestrais, carência de 3 anos para pagamento do principal e taxa pré-fixada de 3,4020% a.a., além da variação cambial. Na mesma data, foi contratada uma operação de *swap* com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, que tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI) com um custo final abaixo do CDI em 0,30%.

Além disso, foi firmado em dezembro de 2013 novo contrato de financiamento na modalidade FINEM com o BNDES e Banco do Brasil no montante de R\$ 348.392 para suportar o Programa de Investimentos 2013-2014 com prazo de financiamento de 72 meses e carência de 24 meses.

Condições Restritivas

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Foi aprovada em 10 de outubro de 2013 a alteração da definição de EBITDA, com a inclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios, para os contratos firmados com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia cumpriu todas as condições restritivas e não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Arrendamento mercantil operacional

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

A Companhia realizou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Companhia. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, bem como os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos.

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas reconhecidas no período		
Locação de equipamentos e serviços de informática	15.030	4.132
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	4.196	4.494
Locação de imóveis	2.704	3.264
Locação de computadores	3.428	1.408
Locação de veículos	333	590
Locação de impressoras	76	204
Total	25.767	14.092

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima acontecerão nos valores de R\$ 4.147 em 2014, R\$ 4.683 em 2015, R\$ 1.960 em 2016, R\$ 1.051 em 2017 e R\$ 3.317 após 2017.

16. DEBÊNTURES

	31/12/2013	31/12/2012	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	335.043	322.228				
1ª Série	124.519	123.575	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	211.093	199.422	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(569)	(769)				
6ª Emissão	697.166	669.632				
1ª Série	226.479	224.978	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	109.629	103.622	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	362.186	342.332	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(1.128)	(1.300)				
	1.032.209	991.860				
Total						
Circulante	63.933	20.396				
Não circulante	968.276	971.464				

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados em 2012 com a 6ª Emissão de Debêntures foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão, sendo que tais custos são apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a apropriar é de R\$ 1.697, sendo R\$ 366 no curto prazo (R\$ 188 referente a 5ª emissão e R\$ 178 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.331 no longo prazo (R\$ 382 referente a 5ª emissão e R\$ 949 referente a 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 31 de dezembro de 2013 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 40.000 em 2015, R\$ 218.408 em 2016, R\$ 178.408 em 2017, R\$ 122.406 em 2018 e R\$ 410.385 após 2017.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografia, sem garantia	quirografia, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado no caso de não observância no cumprimento de determinados índices financeiros conforme disposto na cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX das escrituras da emissão.

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus covenants financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES e nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em 28 de novembro de 2013 foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas das 5ª e 6ª Emissões, nas quais foram aprovadas as alterações dos textos das Escrituras de Emissão, a fim de incluir a definição de Ativos e Passivos Regulatórios e modificar a metodologia de cálculo do EBITDA, incluindo em sua composição os Ativos e Passivos Regulatórios. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos covenants financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, eliminando a volatilidade decorrente da exclusão dos Ativos e Passivos Regulatórios.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública das 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	94.901	88.310
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	16.040	11.090
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	116	75
Programa de integração social - PIS	3.482	2.407
Impostos retidos na fonte	1.400	983
Imposto sobre serviço - ISS	447	431
Total	<u>116.386</u>	<u>103.296</u>

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Existem Dividendos e Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 6 a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

Em 30 de setembro de 2013 foram pagos Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 78.167, líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 13.793. Também foi pago Dividendos no valor de R\$ 46.576, referente ao exercício de 2012.

Em 1º de novembro de 2013 foram pagos Dividendos Intermediários no montante de R\$ 78.311, com base no Lucro Líquido apurado no primeiro semestre de 2013. Os Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 79.094, líquido de imposto de renda no montante de R\$ 13.958 referente ao exercício social de 2013 foram pagos em 23 de dezembro de 2013.

19. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/12/2013	31/12/2012
Férias e 13º salário a pagar	18.635	17.771
Retenções do empregado	2.841	2.701
INSS parte da empresa	9.003	8.553
FGTS	3.151	2.904
Participação nos lucros e resultados	12.917	14.320
Outros	366	274
Total	46.913	46.523

20. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas nº 300/2008, nº 316/2008, nº 408/2010 e nº 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

O saldo das obrigações da Companhia com as obrigações de P&D e programas de Eficiência Energética, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/12/2013	31/12/2012
Programa de Eficiência Energética	0,50%	19.405	17.426
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	18.507	19.438
FNDCT	0,20%	624	667
MME	0,10%	312	334
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	-	878
Total		38.848	38.743
Circulante		8.850	11.701
Não circulante		29.998	27.042

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do

salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta superávit atuarial de R\$ 222.567 em 31 de dezembro de 2013. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido, dentre outros critérios, somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 3% em 31 de dezembro de 2013, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	803.985	1.076.309
Valor justo dos ativos do plano	1.026.552	1.109.871
Superávit para planos cobertos	222.567	33.562
Limite de Ativo de Benefício Definido	(222.567)	(33.562)
(Ativo) atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	18.508	9.204
Juros sobre as obrigações atuariais	(235)	-
Contribuição da patrocinadora	(2.171)	(2.339)
Despesa Reconhecida	16.102	6.865
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes		
Ganho /(Perdas) atuariais imediatamente reconhecidas	202.254	(140.279)
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido	(186.152)	147.144
Reclassificação imediata para lucros acumulados	(16.102)	(6.865)
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-
Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido	13.939	216.193

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são:

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor das obrigações ao início do período	1.076.309	764.730
Custo do serviço corrente	18.508	9.204
Juros sobre a obrigação atuarial	89.790	78.133
Contribuições de participantes	2.613	2.785
(Ganhos) / Perdas atuarias - experiência	(23.149)	(15.422)
(Ganhos) / Perdas atuarias - hipóteses demográficas	28.382	-
(Ganhos) / Perdas atuarias - hipóteses financeiras	(346.869)	277.063
Benefícios pagos no ano	(41.599)	(40.184)
Valor das obrigações ao final do período	803.985	1.076.309

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Reconciliação do valor justo dos ativos	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor justo dos ativos ao início do período	1.109.871	928.324
Rendimento esperado no período	92.878	95.245
Ganho/(Perda) atuarial	(139.382)	121.362
Contribuições de patrocinadora	2.171	2.339
Contribuições de participantes	2.613	2.785
Benefícios pagos no ano	(41.599)	(40.184)
Valor justo dos ativos ao final do período	1.026.552	1.109.871

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2013 e 2012:

Premissas econômico-financeiras e demográficas	2013	2012
		Reapresentado
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	12,00%	8,50%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	12,00%	8,50%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,36%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,20%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,20%	4,50%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	6,46%	3,83%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	6,46%	3,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 (1996 US Annuity 2000)	AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média Experiência	Light Média Experiência
Taxa bruta de rotatividade esperada	Fundação Cesp 2006	Fundação Cesp 2006
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira eleg.	100% na primeira eleg.

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativo dos planos de benefício, como renda fixa, variável, imóveis e empréstimos a participantes.

Rendimento esperado de longo prazo	31/12/2013	31/12/2012
	Meta de alocação de ativos	Reapresentado Meta de alocação de ativos
Modalidade de investimento		
Renda fixa	71,50%	79,60%
Renda variável	17,20%	13,10%
Investimentos imobiliários	5,40%	4,70%
Operações com participantes	2,50%	2,60%
Outros	3,40%	-
Total	100,00%	100,00%

As taxas para desconto da obrigação atuarial são determinadas com base nas taxas de retorno oferecidas pelos títulos do Governo (NTN-B, indexadas ao IPCA), pois apresentam condições consistentes com as obrigações avaliadas.

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes do comportamento esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

Ajustes da experiência de ganhos e perdas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
	Reapresentado				
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	803.985	1.076.309	764.730	735.868	578.905
Valor justo dos ativos do plano	1.026.552	1.109.871	928.324	868.954	754.390
Superávit (Déficit) do plano	222.567	33.562	163.594	133.086	175.485
Rendimento esperado dos ativos	92.878	95.245	102.987	101.156	89.083
Rendimento efetivo dos ativos	(46.504)	216.607	90.227	141.495	96.249
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	(139.382)	121.362	(12.760)	40.339	7.166
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	-150%	127%	-12%	40%	8%
Valor presente esperado dos passivos do plano	1.145.621	814.668	732.650	621.839	561.711
Valor presente efetivo dos passivos do plano	803.985	1.076.309	764.730	735.868	578.905
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	341.636	(261.641)	(32.080)	(114.029)	(17.194)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	42%	-24%	-4%	-15%	-3%

Para o período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 3.292 (R\$ 3.141 no mesmo período de 2012).

Hipóteses atuariais significativas	Hipótese	Análise de sensibilidade	Efeito no VPO
Taxa de desconto	13,00%	1% aumento	(83.953)
Taxa de desconto	11,00%	1% redução	103.890
Mortalidade	AT 2000 (1996 US Annuity 2000)	Aumento de 1 ano na expectativa de vida do participante	7.880

O resultado no valor presente das obrigações atuariais foram preparados modificando a taxa de desconto e a mortalidade.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 2013 foram de R\$ 465 (R\$ 496 em 2012), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

21.2. Plano Especial de Aposentadoria

Por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a Elektro criou em 2007 o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial.

O PEA foi extinto do novo Acordo Coletivo do Trabalho (ACT), o qual está vigente desde julho de 2013. Desta forma, o montante de R\$ 4.239 referente aos colaboradores que aderiram ao programa até a data limite prevista no novo ACT, 30 de setembro de 2013, foi transferido do longo para curto prazo, e o pagamento do incentivo para estes colaboradores será feito até março de 2014. O valor restante de R\$ 4.764 foi revertido para o resultado.

O valor atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.889 (R\$ 2.667 no curto prazo e R\$ 8.719 no longo prazo em 31 de dezembro de 2012), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que aderiram ao plano antes do encerramento.

22. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

22.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2012	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2013
Cíveis e ambientais	102.260	14.637	5.270	(6.466)	(4.715)	110.986
Trabalhistas	23.445	4.510	3.846	(3.561)	(3.457)	24.783
Tributárias	27.827	882	2.553	(4)	-	31.258
Desapropriações e servidões	10.618	684	1.329	(1.272)	(526)	10.833
Regulatórias	22.524	6.405	-	(3.103)	(953)	24.873
Total das provisões	<u>186.674</u>	<u>27.118</u>	<u>12.998</u>	<u>(14.406)</u>	<u>(9.651)</u>	<u>202.733</u>

Em 31 de dezembro de 2013, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

Em agosto de 2001, foram ajuizadas duas ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, para que estas deixem de impedir a livre atuação da Elektro, quanto ao uso das faixas intermediárias e laterais das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro.

Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do STJ. Em setembro de 2010, o STJ não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro apresentou recurso perante o STF, o qual não foi admitido pelo STJ. Diante de tal fato, a Elektro ingressou com ação rescisória para rediscutir o caso em 09/08/2013. Referida ação foi admitida e processada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 26/08/2013, e atualmente aguarda julgamento, situação que, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, não altera seu prognóstico de perda. Em virtude disto, a Elektro mantém provisionado R\$ 87.346, em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 80.712 em 31 de dezembro de 2012).

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 28.588.

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. O valor estimado para os assuntos trabalhistas é de R\$ 15.666 e para os cíveis é de R\$ 42.473, e os processos ambientais, de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 5.083 em 31 de dezembro de 2013, referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço de distribuição, cujas instâncias processuais são as mais diversas e em sua grande maioria, tratam-se de processos individuais com valores não relevantes.

Quanto aos assuntos previdenciários, o valor estimado é de R\$ 81.501, e refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do STF, de junho de 2008, parte das autuações foram anuladas devido a prazos de prescrição e decadência.

Quanto às questões tributárias, atualmente a Companhia enfrenta discussões com a Administração Pública em suas esferas federal, municipal e estadual, nas instâncias administrativa e judicial, dentre

as quais destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela de seu imposto de renda no FINAM, retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP, compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo. Todos os processos envolvendo questões tributárias somam R\$ 412.210 atualizados para 31 de dezembro de 2013 (R\$ 368.048 em 31 de dezembro de 2012).

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST e a Administração, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro prepara agora recurso ao STF, sendo que, baseada na opinião dos advogados, entende que os argumentos para reversão da decisão são razoáveis, não sendo necessária a alteração do prognóstico de perda.

23. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Após aprovação do Conselho de Administração, a Elektro instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado na outorga de ações da Iberdrola ao beneficiário, após cumpridas algumas condições e metas previstas em contrato assinado entre este e a Companhia, ao longo de dois anos contados a partir da assinatura do contrato, denominado “prazo de apuração”.

A transferência completa das ações se dará após o transcurso de outros três anos, denominado “prazo de liquidação”. Atingidas as metas e condições do “prazo de apuração”, a Elektro adquirirá por conta e ordem do beneficiário as ações, conforme previsão contratual.

Portanto, esse plano passa a ser “liquidado em caixa” para Elektro e por isso a Companhia passou a utilizar um passivo exigível em contrapartida da despesa e não mais uma conta de patrimônio líquido.

Os contratos assinados ao final de 2012, substituem para todos os fins o plano baseado em ações anterior, mantidas as condições e valores originais. O valor registrado no resultado do exercício deste benefício em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 3.025 (R\$ 2.034 em 31 de dezembro de 2012) e o valor acumulado registrado em “Outros Passivos” no passivo não circulante é de R\$ 7.092 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5.106 em 31 de dezembro de 2012).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

24.1. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 2012) tem a seguinte composição: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.

24.2. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em dezembro de 2013 a reserva de lucros, somada às demais reservas superaram 30% do capital social.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em 17 de abril de 2013 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 46.576, referente ao exercício de 2012 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 30 de setembro de 2013.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de outubro de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 78.311, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2013. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em uma única parcela em 01 de novembro de 2013. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Intermediários Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	43.030	0,422369864
Ordinárias	91.880.972	35.281	0,383972603
Total	193.759.265	78.311	

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de outubro de 2013, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 93.051, cujo pagamento ocorreu em 23 de dezembro de 2013. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		JSCP	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	51.130	0,501876808
Ordinárias	91.880.972	41.921	0,456251643
Total	193.759.265	93.051	

Ao final do exercício de 2013, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 162.959 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2014 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	89.544	0,878934481
Ordinárias	91.880.972	73.415	0,799031346
Total	193.759.265	162.959	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

24.3. Lucro por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2013	2012
Numerador		
Lucro / prejuízo líquido do período disponível aos acionistas	323.694	337.514
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,59	1,65
10% - Ações preferenciais	0,16	0,17
Lucro básico e diluído por ação preferencial	1,75	1,82

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

25. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Nota Explicativa	31/12/2013			31/12/2012		
	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.372.422	12.435.814	4.817.367	2.307.630	12.311.682	5.369.833
Fornecimento para consumidores	2.372.422	12.435.814	4.057.352	2.307.630	11.974.133	4.494.834
Outras receitas	-	-	760.015	-	337.549	874.999
CCEE	-	-	41.467	-	337.549	10.666
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	156.003	-	-	470.908
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	58.542	-	-	56.132
Receita de construção	-	-	313.274	-	-	286.916
Outras receitas	-	-	190.729	-	-	50.377
Deduções às receitas operacionais	-	-	(1.268.033)	-	-	(1.800.290)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	-	(2.266)	-	-	(38.612)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(9.876)	-	-	(185.292)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(46.211)	-	-	(169.723)
ICMS sobre fornecimento	-	-	(756.259)	-	-	(882.546)
COFINS	-	-	(350.038)	-	-	(395.219)
PIS	-	-	(75.994)	-	-	(85.805)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(32.321)	-	-	(29.128)
Outros	-	-	4.932	-	-	(13.965)
Total	2.372.422	12.435.814	3.549.334	2.307.630	12.311.682	3.569.543

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

A redução nos encargos se deve a Lei nº 12.783/13, a qual extinguiu a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

26. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/12/2013		31/12/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	14.404.990	1.983.552	13.855.958	1.696.468
Itaipu Binacional (**)	2.892.699	360.739	2.913.091	332.383
(-) Repasse CDE - CVA Energia	-	(16.722)	-	-
Contratos bilaterais	82.369	15.795	80.400	16.668
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	8.637.677	1.180.007	10.202.262	1.171.751
(-) Repasse CDE - CVA Energia	-	(149.158)	-	-
Mercado SPOT	1.361.290	509.042	337.549	65.829
(-) Repasse CDE - Cotas	-	(150.831)	-	-
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	1.043.396	108.989	-	-
Geração Distribuída	67.291	10.942	-	-
PROINFA	320.268	98.728	322.655	86.123
Uso do transporte de energia	-	16.021	-	23.714
Outros custos de energia	-	292.584	-	593.782
ONS - Uso da rede básica	-	198.515	-	474.789
CTEEP- Encargos de conexão	-	24.715	-	40.969
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	217.821	-	78.024
(-) Repasse CDE - ESS	-	(148.467)	-	-
Risco hidrológico	-	1.815	-	-
(-) Repasse CDE Risco Hidrológico	-	(1.815)	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(198.858)	-	(211.656)
Total	14.404.990	2.077.278	13.855.958	2.078.594

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

Desde o último trimestre de 2012 houve elevação dos custos devido ao aumento do volume de compra de energia no mercado de curto prazo, decorrente das usinas que não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13, pela rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de Energia Nova devido a revogação da autorização das usinas pela ANEEL, pelo elevado custo da energia térmica por conta do despacho máximo das usinas até julho de 2013 (maiores detalhes vide nota 4) e devido ao atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão do início do suprimento dos CCEARs decorrente a liminares judiciais e a determinações da ANEEL.

As postergações de cronograma dos empreendimentos aprovadas pela ANEEL e as liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento desses CCEARs, resultaram em uma redução de 97 MWmed (cerca de 850 mil MWh) supridos por meio desses contratos, com consequente compra dessa energia no mercado *spot* a preços elevados (PLD de aproximadamente R\$ 280,00/MWh contra o preço médio destes contratos de R\$ 147/MWh). Parte desta insuficiência contratual está sendo suprida, desde outubro de 2013, com 30 MWmed de contratos de geração distribuída (aquisição de energia de geradores conectados ao sistema de distribuição da Elektro). Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

Dentre outros fatores responsáveis pelo aumento do custo de energia destaca-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para algumas Distribuidoras de Energia Elétrica, dentre as quais a Elektro, desde setembro de 2012.

Essa tendência de elevação nos custos foi parcialmente revertida devido ao Decreto nº 7.945/13, que determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo "Energia comprada para revenda", totalizou R\$ 466.993 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
Gastos com pessoal	238.874	242.709
Gastos com materiais	34.412	32.913
Gastos com serviços de terceiros	111.422	106.283
Outras despesas operacionais líquidas	126.965	155.031
Despesas com arrecadação bancária	15.290	15.733
Aluguéis e seguros	15.455	13.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	20.399	38.728
Telefonia e telecomunicações	9.604	14.900
Perda na desativação e alienação de bens, líquida	22.869	24.121
Taxas e contribuições	12.866	14.721
Despesas com viagens	8.008	8.306
Provisões para ações judiciais e regulatórias	10.193	7.956
Outras	12.281	16.881
	<u>511.673</u>	<u>536.936</u>
Custo da operação	348.190	341.177
Despesas com vendas	15.504	16.234
Despesas gerais e administrativas	60.539	58.887
Outras despesas operacionais	87.440	120.638
	<u>511.673</u>	<u>536.936</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
Receitas	124.204	116.341
Aplicações financeiras	36.783	28.783
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	42.034	44.801
Atualizações monetárias e cambiais	22.399	26.464
Atualização do Ativo Financeiro	18.814	11.599
Outras receitas financeiras	4.174	4.694
Despesas financeiras	(174.417)	(171.552)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(19.012)	(43.877)
Juros sobre debêntures	(70.724)	(52.339)
Atualizações monetárias e cambiais	(58.161)	(32.310)
Outras despesas financeiras	(26.520)	(43.026)
Total	<u>(50.213)</u>	<u>(55.211)</u>

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	449.856	449.856	471.924	471.924
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(112.440)	(40.487)	(117.957)	(42.473)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	23.263	8.375	22.988	8.276
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(6.186)	(2.088)	(7.143)	(2.289)
Incentivos fiscais e outros	2.996	405	3.602	586
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(92.367)</u>	<u>(33.795)</u>	<u>(98.510)</u>	<u>(35.900)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(76.129)	(27.950)	(80.212)	(29.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.238)	(5.845)	(18.298)	(6.587)
Total	<u>(92.367)</u>	<u>(33.795)</u>	<u>(98.510)</u>	<u>(35.900)</u>

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado
IR e CS sobre diferenças temporárias	128.019	154.698	(26.678)	27.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.520	16.136	(1.616)	1.837
Provisão para ações judiciais e regulatórias	56.789	52.200	4.589	(2.029)
Plano especial de aposentadoria	982	3.871	(2.889)	(719)
Variação cambial	-	35.438	(35.438)	13.610
Provisão ganho/perda <i>hedge</i>	-	(34.791)	34.791	(14.774)
Provisão efeito postergação tarifária	51.227	77.112	(25.885)	44.136
Outras	4.501	4.732	(230)	(14.941)
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	98.637	111.749	(13.112)	(13.207)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	622.264	664.691	(42.427)	(24.749)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(25.930)	(67.060)	60.134	(14.049)
Plano de pensão	(5.475)	8.054	5.475	2.333
Leasing	169	191	(22)	(101)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(2.185)	(71.377)	69.192	(12.221)
Marcação a mercado <i>swap</i>	(2.564)	16	(2.580)	(116)
Reversão Fiscal Diferimento	(5.534)	-	(5.534)	-
Contratos de concessão - marcação a mercado	(10.341)	(3.944)	(6.397)	(3.944)
Subtotal - impacto no resultado do exercício	822.990	864.078	(22.083)	(24.885)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	5.475	(8.054)	(5.475)	26.727
Plano de pensão	5.475	(8.054)	(5.475)	(2.333)
Contratos de concessão - marcação a mercado	-	-	-	29.060
Total	828.465	856.024	(27.558)	1.842

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2014.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 31 de dezembro de 2013 é como segue: R\$ 63.070 em 2014, R\$ 61.446 em 2015, R\$ 58.823 em 2016, R\$ 58.574 em 2017 e R\$ 586.552 de 2018 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

30. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão associadas às receitas obtidas junto à Elektro Comercializadora de Energia Ltda., que se referem a serviços, compartilhamento de infraestrutura e

sublocação de salas. As despesas são relativas à compra de energia elétrica no mercado livre para o prédio da Sede da Elektro e prestação de serviços por parte da Iberdrola. No período findo em 31 de dezembro de 2013, as receitas foram de R\$ 417 (R\$ 172 em 31 de dezembro de 2012) e as despesas de R\$ 1.981 (R\$ 914 em 31 de dezembro de 2012).

Os valores dos serviços e do compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia e compartilhamento de infraestrutura. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 18 de outubro de 2011 com suprimento de energia no período de 22 de agosto de 2010 a 22 de agosto de 2014.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2013, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 6.043 (R\$ 7.792 em 31 de dezembro de 2012), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 4.595 (R\$ 6.103 em 31 de dezembro de 2012) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.448 (R\$ 1.689 em 31 de dezembro de 2012). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações da Iberdrola concedidas pela Elektro (vide nota 23) no montante de R\$ 3.025 no período findo em dezembro de 2013.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 21.1).

31. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros:

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2013 a 31 de maio de 2014, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2014.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	889.405	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 12.1. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e derivativos: A Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Europeu de Investimentos ("BEI") no montante de USD 128.898, com juros pré-fixados de 3,402%, prazo de vencimento de 12 anos, pagamento de juros semestrais e 3 (três) anos de carência para pagamento do principal. Para esta operação foram contratadas duas operações de "Swap" com os bancos Santander e HSBC (sendo 50% do montante total da dívida para cada banco) com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cujo objetivo é a proteção contra risco de variação nas taxas de câmbio. Por meio dos "Swaps" substituiu-se o custo em dólar da dívida, com juros pré-fixados, por um custo em reais atrelado à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI), resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final abaixo do CDI em 0,30 ponto percentual.

O empréstimo contratado em moeda estrangeira foi considerado como item objeto de *hedge* (*hedge accounting*), e contabilizado pelos seus valores justos, com vistas à proteção do risco de variação cambial. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas e descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge*. Nível hierárquico 2.

Além disso, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 que foram liquidados em 9 de abril de 2013, no seu vencimento. Na mesma data foram liquidadas as operações de "Swap" a eles vinculados, que também tinham o mesmo objetivo, mitigar o risco de variação cambial e foram contabilizados como objeto e instrumento de *hedge* (empréstimo e "Swap", respectivamente) até a sua liquidação.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/12/2013			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	467.630	467.630	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	654.648	654.648	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	21.377	21.377	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	590.951	590.951	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.734.606	1.734.606		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(468.013)	(468.013)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(297.738)	(285.899)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(282.554)	(282.554)	Valor justo	Objeto de <i>Hedge</i>
Operações de swap	5.205	5.205	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Debêntures*	(1.032.209)	(1.021.880)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(11.676)	(11.676)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(2.086.985)	(2.064.817)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Ver mais detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 12.1.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Companhia, por não haver previsão de manutenção nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Companhia permanece isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Companhia considerava possuir, em 31 de dezembro de 2013, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses dos indicadores projetados abaixo as expectativas divulgadas no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2014, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 03 de janeiro de 2014: 10,47%, 6,01% e 6,00% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 5,00% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	446.268	Variação CDI	46.724	58.405	70.086
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(124.519)	Variação CDI	(13.037)	(16.296)	(19.556)
Empréstimo ⁽¹⁾	(277.557)	Variação CDI	(29.038)	(36.298)	(43.558)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(226.479)	Variação CDI	(23.712)	(29.640)	(35.568)
	(182.287)		(19.063)	(23.829)	(28.596)
Ativo Indenizável ⁽²⁾	590.951	Variação IGP-M	35.516	44.395	53.274
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(211.093)	Variação IPCA	(12.666)	(15.832)	(18.998)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(109.629)	Variação IPCA	(6.578)	(8.222)	(9.867)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(362.186)	Variação IPCA	(21.731)	(27.164)	(32.597)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(4.312)	Variação TJLP	(216)	(270)	(323)
Financiamentos - BNDES	(152.805)	Variação TJLP	(7.640)	(9.550)	(11.460)
Redução (aumento)			(32.378)	(40.472)	(48.567)

⁽¹⁾ A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a companhia possui uma operação de Swap conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

⁽²⁾ Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e variação do IGP-M.

^(*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de crédito

Obedecendo às regras previstas no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL em 27 de agosto de 1998, e de acordo com a regulamentação vigente do setor elétrico, a Elektro não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia além disso, pois é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Risco de Inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de 1 (um) dia após a data do seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do contas a receber vencido apresentou redução de R\$ 19.932 quando comparado com 31 de dezembro de 2012. O índice de inadimplência no encerramento do exercício foi de 3,9% (4,0% em 31 de dezembro de 2012).

A inadimplência até 90 dias teve uma redução de R\$ 21.231 no período encerrado em 31 de dezembro de 2013 e comparativamente a 31 de dezembro de 2012 parte decorrente dos efeitos da Resolução ANEEL nº 1.435, de 24 de janeiro de 2013, que reduziu em média as tarifas em 20,34%. O saldo de contas a receber vencido acima de 90 dias aumentou R\$ 1.199 no mesmo período em função, principalmente (i) do envelhecimento da carteira e da impossibilidade ao corte acima de 90 dias, de acordo com as regras regulatórias: (ii) da redução na recuperação das empresas de cobrança terceirizada e (iii) da morosidade nos processos de cobrança na esfera judicial.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2013. No entanto, a recontração do volume de energia existente cujos contratos terminaram em dezembro de 2012, e que estava prevista para acontecer ainda naquele ano (em Leilão A-1) não foi realizada em sua totalidade tendo em vista (i) o cancelamento do referido leilão e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13, (ii) a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, (iii) pela falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período entre julho de 2013 e junho de 2014; e (iv) atraso na entrada em operação de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento do CCEAR. A combinação destes efeitos culminou na insuficiência contratual anual de 8,9% em 2013 (posição de 31 de dezembro de 2013). Parte desta insuficiência está sendo suprida, a partir de outubro de 2013, com 30 MW med de contratos de geração distribuída (aquisição de energia de geradores conectados ao sistema de distribuição da Elektro). Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada

involuntária, não implicará em penalidades e seu custo será repassado dentro dos processos tarifários.

A partir de 2014, há ainda necessidade de contratação de energia devido à insuficiência contratual não suprida em 2013, conforme citado anteriormente, e ao término de vigência dos CCEARs findos em dezembro de 2013. Parte desta necessidade foi recontratada no 12º leilão de energia existente A-1 ocorrido em 17 de dezembro de 2013 com aquisição de 288,6 MWmed, sendo que o restante a Elektro deverá contratar ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, reafirma-se que a eventual exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 108 subestações (SE), a automação do comando de 1.095 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas, bem como a implantação de 62 sistemas de auto restabelecimento 'Self Healings' em funcionamento, que transferem de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração. Esses sistemas beneficiam atualmente 50 municípios e 164.730 consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a modernização de 458 disjuntores e a instalação de 1,9 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 6 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações / variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	2,3426	2,0435
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-12,55%	-8,94%
IGP-M	5,51%	7,81%
IPCA	5,91%	5,84%
TJLP	5,00%	5,75%
Selic	8,22%	8,62%
CDI	8,18%	8,24%

(1) Cotação em 31 de dezembro de 2013.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH

DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

TALITA MENDES MASSON

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

CONTADOR

CRC 1SP235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

CONSELHEIROS

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARY UCELAY

LUIZ CARLOS SILVA